

O advogado na linha tênue entre a defesa e a cumplicidade em crimes de lavagem de dinheiro e corrupção

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | outubro 14, 2024



Introdução

Em um cenário onde a corrupção e a lavagem de dinheiro se mostram como desafios crescentes, o papel do advogado ganha

contornos complexos. Entre o dever de defesa do cliente e a responsabilidade ética perante a sociedade, o profissional do direito precisa navegar com cautela nessas águas turbulentas.

0 dever de sigilo profissional e seus limites

O advogado deve manter sigilo em casos de lavagem de dinheiro e corrupção, conforme pacificado e legislado para o bom andamento do processo legal e garantia do direito de defesa ([fonte](#)). No entanto, o artigo 135 do Código Penal Português explicita os casos em que o sigilo profissional pode ser quebrado ([fonte](#)).

0 papel do advogado na efetivação dos direitos fundamentais

Indubitável é o papel do advogado quanto à efetivação dos direitos fundamentais e sociais de todos os indivíduos diante do Estado democrático de direito ([fonte](#)). Nesse contexto, o advogado deve agir com ética e comprometimento, evitando contribuir, mesmo que involuntariamente, para a prática de crimes.

A questão dos honorários advocatícios oriundos de práticas ilícitas

Um ponto sensível é o recebimento de honorários advocatícios oriundos de práticas ilícitas. Ao receber esse valor maculado, o advogado poderia estar contribuindo para a terceira etapa da lavagem de capitais, que é integralizar o valor recebido na infração penal ([fonte](#)). É fundamental que o profissional esteja atento à origem dos recursos que recebe como pagamento.

Considerações finais

O advogado desempenha um papel crucial na defesa dos direitos individuais e no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Para tanto, deve agir com ética, comprometimento e dentro dos limites legais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e transparente.